



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
PRIMEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

**Informação nº 78/2018 – 1ª DIACOMP/SEACOMP**

Brasília (DF), 18 de abril de 2018.

**Processo nº: 38.070/2016-e**

**Jurisdicionada: Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN/DF**

**Assunto: Representação.**

**Ementa:** Representação nº 14/2017-DA, acerca de supostas irregularidades no Pregão Eletrônico nº 22/2016. Decisão nº 1323/2018. Oitiva da PCDF. Análise. Pela improcedência, no mérito, da Representação nº 14/2017-DA. Por tornar sem efeito o item II da Decisão nº 1323/2018. Por recomendação ao Detran/DF e à PCDF no sentido de adotar as medidas necessárias à revisão do Termo de Cooperação Técnica objeto do processo nº 052.000.585/2016, conforme conveniência e oportunidade, no sentido de buscar o compartilhamento de informações de seus bancos de dados, visando otimizar a utilização dos recursos públicos distritais. Pelo arquivamento dos autos.

Senhor Diretor,

Trataram os autos, inicialmente, do exame formal do edital do Pregão Eletrônico nº 22/2016 - Detran/DF, que culminou com a celebração do Contrato nº 19/2017 com a empresa Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A.<sup>1</sup>, cujo objeto versa sobre a prestação de serviços de:

- a. cadastramento biográfico dos dados do cidadão, captura das digitais dos dez dedos de cada indivíduo, coleta fotográfica e da assinatura para o meio digital;
- b. digitalização por escaneamento e certificação digital de documentos apresentados pelo cidadão necessários a constituição processual (procurações, documentos de identificação);

---

<sup>1</sup> Vide fls. 15/16 da peça 112



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
PRIMEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

c. fornecimento de solução completa necessária ao registro e processamento de dados e consultas, entre elas por validação de digital – consulta 1:1, instantâneas, de forma a cobrir todo o processo de formação do condutor e 1:N, quando do registro de novos condutores ou no caso de suspeita, em até 48 horas, para garantir unicidade dos registros - formação de processo digital a partir da criação de um documento nato digital, Renach, realizado em locais definidos pelo Detran/DF;

d. fornecimento de formulário, personalização e emissão de Documentos de Identificação de Pessoas (Carteira Nacional de Habilitação e Permissão para Dirigir, Permissão Internacional para Dirigir, Autorização Para Conduzir Veículos de Tração Animal, Credenciais para Instrutores, Diretores de CFC – Geral e de Ensino), com prepostagem de acordo com a especificação de cada documento.

## HISTÓRICO

2. Cabe recordar, em apertada síntese que, por meio da Decisão nº 4.138/2017, de 24/08/17, o Tribunal considerou atendidas as determinações constantes da Decisão nº 1.477/2017 e da Decisão Reservada nº 56/2017, bem como improcedentes a Denúncia e as Representações juntadas ao feito, autorizando a homologação do certame e o arquivamento dos autos (peça 87).

3. Na sequência, após a conclusão do procedimento licitatório, em 30/10/2017, foi celebrado o Contrato nº 19/2017, com prazo de vigência de 30 meses, entre o Detran/DF e a empresa Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A. (fls. 15/22 da peça 112).

4. Posteriormente, em 27/11/2017, o Ministério Público de Contas/DF ingressou com a Representação nº 14/2017-DA, acerca de supostas irregularidades no Pregão Eletrônico nº 22/2016, requerendo, inclusive, a suspensão cautelar dos atos decorrentes do dito certame (peça 101), sendo que, após a análise da admissibilidade da exordial, foi proferida a Decisão nº 5.843/2017 (peça 108), em 05/12/17, sem deliberação acerca da cautelar, oportunizando a manifestação do Detran/DF e da empresa Valid quanto ao teor da peça ministerial.

5. Na última assentada, então, em 22/03/18, após a análise dos documentos encaminhados pelas partes, foi proferida a Decisão nº 1.323/2018, mediante a qual o Tribunal decidiu (peça 128):

(...)

I – tomar conhecimento:

a) do Ofício 1.351/GAB (peça 112);

b) dos esclarecimentos da empresa Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A. (peça 114);



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
PRIMEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

**II – deferir o pedido de cautelar formulado pelo Ministério Público junto à Corte na Representação nº 14/2017-DA para suspender a execução dos serviços de cadastramento biométrico, até decisão definitiva desta Corte de Contas;**

**III – determinar à Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF que, no prazo de 5 dias, sob pena de aplicação da penalidade prevista no art. 57, IV da LC 1/94, no caso de descumprimento:**

- a) apresente esclarecimentos quanto aos fatos representados;
- b) encaminhe ao Tribunal cópia, em meio digital, do Processo 052.000.585/2016, que tratou dos estudos de viabilidade para a celebração do Termo de Cooperação Técnica suscitado nos autos;

**IV – autorizar:**

- a) a ciência desta decisão ao DETRAN/DF, à PCDF e à empresa Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A.;
- b) o envio de cópia das peças 101 e 115 dos autos à PCDF, com vistas a subsidiar o cumprimento da diligência;
- c) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para a análise de mérito da representação.**

6. Ressalte-se que o comando do item III decorre do não atendimento ao Despacho Singular nº 38/2018-GCRR (peça 118), conforme se observa pela Declaração de Voto à peça 129 (fls. 3/4). Assim, cuida esta fase processual da análise de mérito da Representação nº 14/2017-DA.

### **Manifestação da PCDF**

7. Tendo sido regularmente notificada acerca da Decisão nº 1.323/2018 em 03/04/18 (peça 132), a Polícia Civil do DF encaminhou, na mesma data, resposta quanto à demanda contida no dito Despacho Singular nº 38/2018-GCRR, consistindo em (peça 134):

- a) Ofício nº 60/2018-Ass/DGPC (fl. 1); e
- b) Cópia do Processo nº 052.000.585/2016 (fls. 2/127).

8. Relativamente à Decisão nº 1.323/2018, a PCDF encaminhou, posteriormente, em 10/04/18, o Ofício nº 612/2018-II (peça 136), informando que já havia se posicionado quanto à matéria por meio do Memorando nº 1709/2018-II, encaminhado em conjunto com o Ofício nº 60/2018-Ass/DGPC (fl. 126 da peça 134).

9. Por oportuno, transcreve-se o teor dos citados Ofício nº 60/2018-Ass/DGPC e Memorando nº 1709/2018-II:



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
PRIMEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

(fl. 1 da peça 134)

### OFÍCIO

Nº 60/2018 - Ass/DGPC

Brasília-DF, 23 de março de 2018.

(...)

Em atenção ao ofício acima referenciado, oriundo dessa Egrégia Corte de Contas e datado de 08 de fevereiro de 2018, o qual nos enviou cópia do Despacho Singular nº. 38/2018-RR, encaminho a Vossa Excelência, em anexo, as pertinentes informações prestadas pelo Instituto de Identificação - II a respeito dos fatos veiculados na Representação nº. 14/2017 - DA, **ressaltando que o termo de cooperação a ser firmado entre esta instituição policial e o Departamento de Transito do Distrito Federal - DETRAN/DF encontrava-se formalmente pronto para assinaturas quando foram detectadas pequenas inconsistências na logística de operacionalização da avença, o que fez com que as partes signatárias voltassem à discussão acerca do mesmo.**

Na oportunidade, encaminho ainda cópia integral dos autos do Processo Administrativo nº. 0052-000585/2016, consoante determinação contida no bojo do r. Despacho Singular nº. 38/2018 - RR.

(fl. 126 da peça 134)

### MEMORANDO

Nº 1709/2018-II

Brasília, 28 de fevereiro de 2018.

(...)

Em atenção aos termos do Despacho em referência, informo que **o Termo de Cooperação Técnica entre a PCDF e o DETRAN/DF não foi firmado até o presente momento. No entanto, as partes interessadas retornaram às tratativas objetivando a materialização da parceria entre as Instituições.**

O Instituto de Identificação se encontra na vigência do Contrato Emergencial nº 56/2017-PCDF, com perspectivas de contratação, mediante processo licitatório, de novo sistema de biometria que deverá contemplar o escopo pretendido pelo Termo de Cooperação em comento.

Cumpre ressaltar, conforme bem fundamentado pelo Ministério Público de Contas na Representação 14/2017, que **a custódia do Banco de Dados continuará sob domínio e gerência do Instituto de Identificação da Polícia Civil do Distrito Federal, tendo, o Termo de Cooperação, o fim único de consulta para confirmação da veracidade dos documentos apresentados.**

## Teor da Representação nº 14/2017-DA

10. Reproduzimos a síntese do teor da mencionada Representação, lançada na Informação nº 13/2018-DIACOMP1 (peça 115), a qual analisou a admissibilidade da referida peça, *verbis*:



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
PRIMEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

### DA REPRESENTAÇÃO Nº 14/2017 – DA (Peça 101)

8. As impropriedades suscitadas na representação de lavra do Ministério Público podem ser sintetizadas da seguinte forma:

1 - o Detran/DF, ao licitar serviço relacionado à coleta, registro, armazenamento, processamento e consulta de dados datiloscópicos, **desconsiderou injustificadamente estudos de viabilidade que se encontravam em andamento no âmbito da Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF, nos autos do Processo nº 052.000.585/2016, com vistas à celebração de Acordo de Cooperação Técnica entre a PCDF e a autarquia**, ambas vinculadas à mesma Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, que previa a prestação dos mesmos serviços. Com isso, **colocando em risco informações sigilosas porventura coletadas pela contratada, a custo significativo de R\$ 46.553.010,05;**

2 - o desenvolvimento de inspeção, gerenciamento e confronto de impressões digitais (atividade prevista no item 8.3, subitem 49, do PE nº 22/2016) é **atribuição conferida, exclusivamente, ao Instituto de Identificação da PCDF, nos termos do Decreto nº 30.490/2009, e, portanto, não poderia constituir objeto da licitação.**

11. Sem mais delongas, passamos à análise de mérito da referida Representação, em atendimento ao item IV.c da Decisão nº 1.323/2018.

### Análise

12. Recorda-se, inicialmente, que o Tribunal havia decidido manifestar-se acerca do mérito da Representação nº 14/2017-DA apenas após a oitiva da PCDF e do exame da cópia do Processo nº 052.000.585/2016<sup>2</sup>, sendo que tanto o Detran/DF, quanto a empresa Valid, já haviam se manifestado nos autos (peças 112 e 114), conforme sintetizado no âmbito da retrocitada Informação nº 13/2018 (peça 115), *verbis*:

#### DOS ESCLARECIMENTOS APRESENTADOS PELO DETRAN/DF (Peça 112)

9. Especificamente quanto à desconsideração dos estudos de viabilidade para celebração de Acordo de Cooperação Técnica – ACT com a PCDF, a autarquia esclareceu que:

a) o escopo da solução contratada pelo Detran/DF é mais amplo do que a contratada pela Polícia Civil. “Desta forma, no caso de assinatura de um possível Acordo de Cooperação entre as entidades, seria necessária a instrução de um novo processo licitatório”;

b) além da coleta biométrica, o ajuste firmado com a empresa Valid contempla o “acompanhamento processual pelo cidadão, que deverá ser integrado ao sítio do Detran/DF; a criação de Processo Administrativo Eletrônico, no qual os atos processuais serão registrados e disponibilizados em meio eletrônico e, a criação de documentos nato-digital, constando todos os dados biográficos necessários a emissão dos documentos a que se destina a captura”;

---

<sup>2</sup> Itens III.a e III.b da Decisão nº 1323/2018



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
PRIMEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

c) o banco de dados do Detran/DF é dinâmico, atualizado a cada quatro anos, o que permite a guarda de fotografias atuais e a identificação regular do cidadão que vai à autarquia, diferentemente do da Polícia Civil, o qual é histórico. “Inclusive, mesmo tendo banco próprio é comum a solicitação por parte da PCDF das imagens atualizadas de cidadãos, junto ao Detran/DF”;

d) o ACT previa que a autarquia disponibilizasse 3 servidores, por turno, para um total de 18 postos de atendimento, para atuarem na execução das atividades de habilitação e de requerimento da Carteira de Identidade. A disponibilização de 108 servidores inviabilizaria os serviços do Detran/DF, uma vez que quase todo seu corpo administrativo ficaria comprometido com o atendimento da demanda;

e) “só com a disponibilização de servidores, considerando um gasto total com cada servidor no montante de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), a adesão ao citado Acordo, na forma proposta, geraria um gasto de R\$ 36.960.000,00 (trinta e seis milhões e novecentos e sessenta mil reais)”. Por outro lado, o Contrato nº 19/2017, no item 1 - "Cadastramento biográfico e biométrico e coleta de imagens" prevê um valor global estimativo, pelo período de 30 (trinta) meses, no montante de R\$ 15.215.692,80 (quinze milhões, duzentos e quinze mil, seiscentos e noventa e dois reais e oitenta centavos).

10. Em relação à ausência de competência legal para o desenvolvimento de inspeção, gerenciamento e confronto de impressões digitais, atribuições que seriam conferidas, exclusivamente, ao Instituto de Identificação da PCDF, o Departamento de Trânsito argumentou:

a) a contratação decorreu de norma federal, a qual determina aos órgãos executivos de trânsito realizar o cadastramento biográfico e biométrico nos processos de habilitação e, ainda, definir normas acerca da forma como esses dados e imagens serão colhidos. Nesse sentido, destacou:

### **Resolução nº 361, de 29 de setembro de 2010, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN**

Art. 1º Alterar o §2º do art. 3º da Resolução nº 287, de 29 de julho de 2008, do CONTRAN, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º.....

§ 2º O processo de captura e armazenamento das impressões digitais deverá ser feito pelos Órgãos ou Entidades Executivos de Trânsito dos Estados e do Distrito Federal ou, na impossibilidade, por empresas por estes contratadas, devidamente inscritas e homologadas perante o DENATRAN, para emissão do documento de habilitação, sob a condição contratual da guarda e sigilo das informações.

Art. 2º Acrescentar os parágrafos 3º e 4º ao art. 3º da Resolução nº 287, de 29 de julho de 2008, do CONTRAN, com a seguinte redação:

§ 3º A coleta das imagens das digitais, da fotografia e da assinatura do candidato ou condutor é obrigatória e deverá ser realizada no momento da abertura do formulário RENACH.

b) o Ministério Público Federal e o Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN, no âmbito de suas atribuições, vêm constantemente cobrando do Detran/DF o adequado cumprimento da legislação federal, que exige a realização do processo de implantação da identificação de candidatos e condutores;





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
PRIMEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

c) além da competência para a realização da coleta biográfica e biométrica, o Departamento de Trânsito possui a obrigação de implantar a solução que contratou, sob o risco de interrupção da prestação do serviço de emissão de CNH no âmbito do Distrito Federal;

d) a identificação biométrica, coleta de fotos e digitalização de documentos pessoais é um processo comum, que substitui o serviço manual de identificação pessoal e conferência com o documento apresentado;

e) esse procedimento vem sendo utilizado por diversos órgãos públicos (a exemplo do Tribunal Superior Eleitoral, do Departamento de Trânsito de outras unidades da federação, da Secretaria de Mobilidade) e não se confunde com a identificação civil, realizada pelo Departamento de Polícia Civil.

### **DOS ESCLARECIMENTOS APRESENTADOS PELA EMPRESA VALID (Peça 114)**

11. A manifestação da empresa Valid concentrou-se na assertiva do *Parquet* quanto à ausência de amparo legal para o Detran/DF licitar atividades relacionadas à coleta e ao cadastramento biométrico. Acerca da matéria, apresentou as seguintes teses argumentativas:

a) o objeto do Pregão Eletrônico nº 22/2016 não se restringiu aos serviços de coleta, registro e armazenamento de dados biométricos e biográficos, mas englobou todas as fases do processo de emissão da carteira nacional de habilitação: coleta de dados, emissão física do documento, passando pelo desenvolvimento de ferramenta que possibilite ao cidadão formular e acompanhar *online* o requerimento da CNH;

b) o valor total da contratação é de R\$ 46.553.010,05 (quarenta e seis milhões, quinhentos e cinquenta e três mil, dez reais e cinco centavos), sendo R\$ 15.215.692,80 (quinze milhões, duzentos e quinze mil, seiscentos e noventa e dois reais e oitenta centavos) especificamente para o serviço de “cadastramento biográfico e biométrico e coleta de imagens”;

c) a solução foi contratada em lote único. A Decisão TCDF nº 4.138/2017, exarada nestes autos, reconheceu que o parcelamento da contratação não era desejado, na medida em que restringiria a eficiência na expedição da CNH e atrapalharia a apuração de responsabilidades caso fosse constatada alguma irregularidade ou falha na prestação do serviço;

d) nessa linha, a cautelar pleiteada pelo MPJTCDF contraria entendimento do Tribunal, pois acarretaria na cisão do objeto;

e) todas as etapas que integram o processo de expedição/renovação da CNH são reguladas pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, órgão máximo normativo, consultivo e coordenador da política nacional de trânsito, conforme artigo 7º, inciso I, da Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro – CTB):

#### **Lei nº 9.503/1997**

Art. 7º Compõem o Sistema Nacional de Trânsito os seguintes órgãos e entidades:

I - o Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, coordenador do Sistema e órgão máximo normativo e consultivo;

f) a Resolução nº 287/2008 do CONTRAN conferiu aos órgãos executivos de trânsito dos Estados – DETRANs – a responsabilidade pela implantação, operação da coleta e armazenamento das digitais nos processos de habilitação:



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
PRIMEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

### Resolução CONTRAN nº 287/2008

Art. 3º Cabe aos órgãos executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal a responsabilidade pela implantação, operação da coleta e armazenamento das imagens das digitais nos processos de habilitação.

§ 1º A forma de arquivamento e utilização de uma ou mais imagens das digitais coletadas para identificação de candidatos e condutores em seus processos internos fica a critério de cada órgão executivo de trânsito dos Estados e do Distrito Federal.

g) referida norma também conferiu autonomia aos DETRANs para optarem pela prestação direta dos serviços ou, na impossibilidade de o fazerem, pela contratação de empresas especializadas, desde que elas sejam homologadas pelo DENATRAN e contratualmente se comprometam a guardar sigilo em relação aos dados que tiverem acesso:

### Resolução CONTRAN nº 287/2008

Art. 3º [...] § 2º O processo de captura e armazenamento das impressões digitais deverá ser feito pelos Órgãos ou Entidades Executivos de Trânsito dos Estados e do Distrito Federal ou, na impossibilidade, por empresas por estes contratadas, devidamente inscritas e homologadas perante o DENATRAN, para emissão do documento de habilitação, **sob a condição contratual da guarda e sigilo das informações.**

(Redação dada pela Resolução CONTRAN nº 361/2010, grifos no original)

h) a Portaria nº 15/2006 do DENATRAN expressamente dispôs o seguinte:

### Portaria DENATRAN nº 15/2006

Art. 2º O banco de imagens do sistema RENACH, composto de dados e imagens do processo de habilitação e do sistema RENACH **é de propriedade do DENATRAN**, que poderá autorizar o uso das informações, de acordo com procedimentos estabelecidos nesta portaria.

(grifo no original)

i) a opção pela terceirização dos serviços - faculdade conferida pela Resolução nº 287/2008 do CONTRAN - não coloca em risco o sigilo dos dados dos cidadãos, na medida em que as empresas contratadas devem assumir o compromisso de zelar pelas informações coletadas, sob pena de a elas serem aplicadas graves sanções;

j) a coleta de dados para expedição de CNH atende a requisitos técnicos pré-determinados, que não necessariamente são os mesmos exigidos da PCDF no exercício da função de identificação civil;

k) na hipótese de se transferir à PCDF a coleta, o registro o e armazenamento dos dados necessários à expedição da CNH, ampliar-se-á indevidamente o objeto do contrato celebrado pela Corporação:

35. [...] Conquanto a contratação não tenha sido precedida de concorrência, é certo que a empresa contratada, com base na projeção de volume e nas características técnicas inerentes à identificação civil, estipulou a dimensão e precificou os serviços para os quais fora contratada.





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
PRIMEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

36. [...]

37. Assim tendo em vista que conforme demonstrado nesta manifestação, a forma de coleta, registro e armazenamento de dados para fins de expedição/renovação da CNH deve atender a formas específicas pré-determinadas pelo CONTRAN/DENATRAN, é bem possível que a subcontratada da PCDF, para estar apta a atender as novas exigências, tenha que adequar todo o seu processo produtivo com a máxima urgência, o que terá significativo impacto na precificação dos serviços.

38. E mais: todo esse imbróglgio será ainda maior se do aumento do escopo resultar um incremento de 25% (vinte e cinco por cento) no valor do contrato celebrado entre a PCDF e sua subcontratada. Nesta hipótese, de acordo com o artigo 65, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93, a PCDF estará obrigada a realizar nova licitação para contratação de empresa: [...]

l) no caso concreto, existe o *periculum in mora inverso*, caracterizado nos seguintes termos:

43. O *periculum in mora* existente neste caso é flagrantemente inverso. Isto porque, na improvável hipótese desse i. Tribunal deferir o pedido formulado e suspender a contratação da Valid, do que se cogita apenas para argumentar, pergunta-se: a quem competirá a expedição/renovação da CNH no Distrito Federal? Será que o MPC deseja que o DETRAN/DF faça uso de contratações emergenciais, a preços acima daqueles usualmente praticados pelo mercado em circunstâncias normais?

44. E nem se diga, por um absurdo qualquer, que a expedição/renovação de CNH poderia ser realizada pela subcontratada da PCDF. Haveria, nesta hipótese, uma ampliação ainda maior - e flagrantemente indevida - do objeto do contrato que celebrou com a PCDF, adstrito, como se sabe, a expedição de carteiras de identidade. A violação a uma série de princípios administrativos seria, aqui, notória e flagrante.

45. Não fosse isso suficiente, mais uma vez cogitado apenas em atenção ao princípio da eventualidade, parece óbvio que a subcontratada da PCDF não detém a expertise necessária para expedir CNHs. O processo de emissão da CNH é significativamente mais complexo e custoso do que a emissão de uma carteira de identidade. Enquanto aquela atende a uma série de normas técnicas emanadas do DENATRAN, essa tem os seus poucos e antiquados requisitos regulados pela Lei nº 7.116/83.

46. Veja-se que, para uma empresa estar autorizada a emitir a CNH ela deve passar por um criterioso processo de homologação perante o DENATRAN, regulado pela Portaria DENATRAN nº 01/17. Considerando a importância do serviço de emissão da CNH, estabeleceu-se na mencionada Portaria que as potenciais interessadas na sua prestação devem demonstrar, de forma inquestionável, a sua capacidade técnica, o que é feito da seguinte forma:

“[...]”

48. Tudo isso demonstra que, na improvável hipótese desse i. Tribunal deferir o pedido cautelar formulado pelo MPC, a empresa subcontratada da PCDF para emissão do documento de identificação



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
PRIMEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

civil jamais poderá assumir, também em razão da sua manifesta incapacidade técnica, o processo de emissão/renovação da CNH.

49. É bem possível, portanto, que o pedido cautelar formulado pelo MPC, caso deferido, implique na completa paralisação do processo de expedição/renovação das CNHs no âmbito do Distrito Federal, o que, como sinceramente se acredita, não é desejo do DETRAN/DF, tampouco desse i. Tribunal, tendo em vista os notórios prejuízos que seriam causados a centenas de milhares de cidadãos.

12. A empresa Valid apresenta, ao fim, o seguinte pedido alternativo:

55. Diante do exposto, a Valid requer a esse i. Tribunal que, na improvável hipótese de não indeferir por completo o pedido cautelar formulado pelo MPC, que o defira parcialmente apenas para suspender a prestação dos serviços relacionados à coleta, registro e armazenamento dos dados biométricos e biográficos necessários à expedição/renovação da CNH.

13. De se destacar, na sequência, que os esclarecimentos fornecidos pela PCDF, bem como o exame do Processo nº 052.000.585/2016, pouco acrescentaram aos fatos já conhecidos nos autos, ficando evidenciado, todavia, que o Termo de Cooperação a ser firmado entre PCDF e Detran/DF tem o **“fim único de consulta para confirmação da veracidade dos documentos apresentados”** conforme se extrai do Memorando nº 1709/2018-II, do Instituto de Identificação da Polícia Civil (fl. 126 da peça 134).

14. Neste sentido, observa-se procedente o argumento apresentado pelo Detran/DF, no sentido de que a solução contratada com a empresa Valid<sup>3</sup> tem escopo mais amplo do que aquela contratada pela Polícia Civil<sup>4</sup>, o que poderia gerar a necessidade de revisão do atual ajuste, *verbis*: *“Desta forma, no caso de assinatura de um possível Acordo de Cooperação entre as entidades, seria necessária a instrução de um novo processo licitatório”* (fl. 4 da peça 112).

15. Nota-se, realmente, que o escopo do Contrato nº 17/2018, à exceção dos serviços de cadastramento biográfico de cidadãos, compreende a prestação de diversos serviços que não dizem respeito ao Acordo de Cooperação Técnica pretendido, tais como os serviços elencados nas letras b, c e d, vistas no § 1º desta Informação, concernentes ao objeto contratual.

16. Entende-se plausível, igualmente, a alegação do Detran/DF acerca da dinamicidade do banco de dados da Autarquia, diferentemente daquele pertencente à Polícia Civil do DF, cabendo destacar a informação prestada de que a própria PCDF requisita comumente ao Departamento de Trânsito do DF imagens atualizadas de cidadãos, *verbis* (fl. 4 da peça 112):

---

<sup>3</sup> V. § 1 desta Informação

<sup>4</sup> Por outro lado, relativamente ao possível Acordo de Cooperação Técnica entre Detran-DF e a PCDF cabe esclarecer, de início, que o escopo da solução contratada pelo Detran/DF mostra-se mais ampla do que a contratada pela Polícia Civil, eis que, além da coleta biométrica, esta Autarquia contratou uma gama de serviços que permitem o acompanhamento de todo o processo pelo cidadão, desde a identificação até a emissão da Carteira Nacional de Habilitação - CNH, com previsão de inúmeros serviços. (fl. 3 da peça 112)



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
PRIMEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Ademais, o banco de dados do Detran/DF é dinâmico, atualizado a cada quatro anos, o que permite guarda de fotografias atuais e identificação regular do cidadão que vem ao órgão, diferentemente do contratado pela Polícia Civil do Distrito Federal- PCDF, o qual é histórico. **Inclusive, mesmo tendo banco próprio é comum a solicitação por parte da PCDF das imagens atualizadas de cidadãos, junto ao Detran/DF.**

17. Entretanto, o que mais chama a atenção, é a alegação do Detran/DF no sentido de que o Acordo de Cooperação Técnica<sup>5</sup> em tela prevê a disponibilização pela Autarquia de 3 servidores, por turno, para um total de 18 postos de atendimento, fato que, segundo a mesma, inviabilizaria totalmente os serviços do Departamento de Trânsito, uma vez que quase todo seu corpo administrativo seria alocado para atendimento da referida demanda, *verbis* (fls. 4/5 da peça 134):

A propósito, considerando a possibilidade de celebração de Termo de Cooperação Técnica entre PCDF e Detran/DF, faz-se necessário informar a esta E. Corte de Contas que tal Acordo previa a disponibilização de **três servidores da Autarquia, por turno, para um total de 18 postos de atendimento, o que geraria a necessidade de disponibilizar 108 (cento e oito) servidores para atuarem na execução das atividades de habilitação e de requerimento da Carteira de Identidade, o que inviabilizaria totalmente os serviços do órgão, pois teria que disponibilizar quase todo seu corpo administrativo para atendimento à demanda.** (grifo nosso)

18. Continua argumentando o Detran/DF acerca das contrapartidas financeiras envolvidas, *verbis* (fl. 5 da peça 112):

Destarte, só com a disponibilização de servidores, considerando um gasto total com cada servidor no montante de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), a adesão ao citado Acordo, na forma proposta, geraria **um gasto de R\$ 36.960.000,00 (trinta e seis milhões e novecentos e sessenta mil reais). Por outro lado, o Contrato nº 19/2017, no item 1 - "Cadastramento biográfico e biométrico e coleta de imagens" prevê um valor global estimativo, pelo período de 30 (trinta) meses, no montante de R\$ 15.215.692,80 (quinze milhões, duzentos e quinze mil, seiscentos e noventa e dois reais e oitenta centavos)** o que pode ser observado da análise da documentação em anexo. (grifo nosso)

19. Neste sentido, frisamos que a última versão do Termo de Cooperação Técnica, presente na cópia do Processo nº 052.000.585/2016 (Cláusula Terceira – Da Operacionalização, Item II.a – fl. 95 da peça 134), confirma as informações fornecidas, *verbis*:

II. Ao Departamento de Trânsito do Distrito Federal, compete:

- a) Disponibilizar recursos humanos para serem capacitados, **no mínimo 03 (três) por turno para cada unidade de atendimento, para complementar o efetivo dos PIBs, atuando na execução das atividades de cadastramento dos candidatos a habilitação e do requerimento da Carteira de Identidade;** (grifo nosso)

---

<sup>5</sup> Denominação alterada para Termo de Cooperação Técnica, após considerações feitas pela Procuradoria Geral do DF – fl. 57 da peça 134



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
PRIMEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

20. A Cláusula Segunda do mesmo Termo de Cooperação Técnica também prevê, de fato, o funcionamento de 17 Postos de Identificação Biométrica<sup>6</sup> com atendimento em dias de semana, de 07:30 às 18:30, em regime de dois turnos, conforme se observa às fls. 93/94 da peça 134, *verbis*:

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO ATENDIMENTO

Para a implementação do objeto do presente Termo de Cooperação, os Postos de Identificação Biométrica - PIBs, do Instituto de Identificação/PCDF, atenderão as seguintes funcionalidades e rotina diária:

- I. O requerimento da Carteira de Identidade;
- II. O cadastramento dos candidatos ao exame a habilitação de direção automotora;
- III. Entrega da Carteira de Identidade;
- IV. O agendamento para os atendimentos presenciais;

#### **V. De segunda a sexta-feira, das 07h30 às 18h30, em dois turnos ininterruptos, de segunda a sexta-feira, nos seguintes endereços:**

- a) PIB 01 - 1º Delegacia de Polícia: SPO - Setor Policial Sul, Lote 213, Asa Sul – Brasília/DF;
- b) PIB 02 - 3ª Delegacia de Polícia: SRES AE 3, Lote 16 - Cruzeiro Velho-DF;
- c) PIB 03 - 4º Delegacia de Polícia: EQ 15/26 AE - GUARA II-DF;
- d) PIB 04 - 31º Delegacia de Polícia: Quadra 19, Conj. A, AE 01, Setor Residencial Leste 04 - Planaltina-DF;
- e) PIB 05 – 32ª Delegacia de Polícia: QN 308, Conjunto 01, Lote 01 - Samambaia Sul - DF;
- f) PIB 06 – 33ª Delegacia de Polícia: Avenida Alagados, CL 114, Lote A - Santa Maria-DF;
- g) PIB 07 – 6ª Delegacia de Polícia: Quadra 33 AES/N - Paranoá-DF;
- h) PIB 08 – 30ª Delegacia de Polícia: Quadra 02, Conj. 2, lote 01 – Bairro São Bartolomeu - São Sebastião-DF;
- i) PIB 09 – 27ª a Delegacia de Polícia: Quadra 305, Conjunto 01, Lote 02, AE - Recanto das Emas-DF;
- j) PIB 10— 18ª Delegacia de Polícia: SN - Quadra 03, AE 04— Brazlândia - DF;
- k) PIB da 15ª Delegacia de Polícia - Cidade da Ceilândia-DF;
- l) PIB da DCA II — Cidade da Ceilândia-DF;
- m) PIB da 17ª Delegacia de Polícia - Cidade de Taguatinga-DF;
- n) PIB da 13ª Delegacia de Polícia - Cidade de Sobradinho-DF;
- o) PIB da 14ª Delegacia de Polícia - Cidade do Gama-DF;
- p) PIB da 29ª Delegacia de Polícia - Cidade do Riacho Fundo-DF
- q) PIB da 24ª Delegacia de Polícia - Cidade da Ceilândia-DF.

<sup>6</sup> E não 18, conforme alegado pelo Detran/DF



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
PRIMEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

21. Assim, nota-se que são contundentes as alegações apresentadas pelo Detran/DF, tanto no que tange ao significativo efetivo de servidores a ser alocado à conta do Termo de Cooperação Técnico examinado, quanto aos valores correspondentes a serem dispendidos.

22. Neste particular se, de fato, conforme informado pela jurisdicionada, o gasto mensal com um servidor é de R\$ 14.000,00, os gastos em 30 meses seriam de R\$ 42.840.000,00<sup>7</sup>, montante até maior do que o informado pelo próprio Detran/DF (R\$ 36.960.000,00).

23. Neste cenário, referido desembolso representa quase 3 vezes o valor global estimativo para 30 meses previsto pelo item 1 - "Cadastramento biográfico e biométrico e coleta de imagens" do Contrato nº 19/2017 (R\$ 15.215.692,80 – fl. 16 da peça 112), indicando, *smj*, que a opção feita pelo Detran/DF mediante o Contrato nº 19/2017 tenha sido a mais vantajosa para o erário.

24. Nesse sentido, reforçamos a conclusão esposada na Informação nº 13/2018, *verbis* (fls. 8/9 da peça 115):

15. No que tange ao primeiro ponto da representação (estudo de viabilidade com vistas à celebração de Acordo de Cooperação Técnica), as justificativas do Detran/DF apontando as diferenças entre a sua base de dados e a da PCDF (o primeiro é dinâmico e o segundo, histórico) e entre os custos envolvidos (no caso do ACT, gastos com pessoal da ordem R\$ 36 milhões, e no caso da contratação, R\$ 15.215.692,80 com os serviços de coleta e cadastramento biográfico e biométrico) indicam, a princípio, que a licitação promovida pela autarquia foi a opção mais vantajosa e viável para atender ao interesse público.

25. De todo modo, a nosso ver, no que pese a atual redação do Termo de Cooperação Técnica não se mostrar favorável ao Detran/DF, entendemos que o Tribunal possa recomendar às partes que, observando a legislação pertinente e de acordo com a oportunidade e conveniência de cada uma delas, adotem as medidas necessárias à revisão do referido Termo de Cooperação, no sentido de buscar o compartilhamento de informações de seus bancos de dados, visando efetuar consultas, por exemplo, para "confirmação da veracidade dos documentos apresentados", conforme noticiado pela própria PCDF (v. § 13 desta Informação).

26. Enfim, à vista do exposto, consideramos improcedentes as alegações do *Parquet* quanto à suposta desconsideração, pelo Detran/DF, dos estudos de viabilidade em andamento no âmbito do Processo nº 052.000.585/2016, quando da celebração do Contrato nº 19/2017 com a empresa Valid.

27. Com relação à suposta ausência de atribuição legal do Detran/DF, alegada pelo Ministério Público, para o exercício das atividades de desenvolvimento de inspeção, gerenciamento e confronto de impressões digitais, as quais seriam de

---

<sup>7</sup> R\$ 14.000,00 x 17 PIBs x 3 servidores x 2 turnos x 30 meses



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
PRIMEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

atribuição exclusiva do Instituto de Identificação da PCDF, são relevantes, também, as alegações trazidas pelo Detran/DF.

28. Em primeiro lugar, cabe citar os normativos federais que amparam a contratação questionada, conforme informados pela jurisdicionada, pela empresa Valid e pela própria Informação nº 13/2018, na forma transcrita a seguir:

### Detran/DF (fl. 2 da peça 112)

#### **Resolução nº 361, de 29 de setembro de 2010, do Conselho Nacional de Trânsito –CONTRAN**

Art. 1º Alterar o §2º do art. 3º da **Resolução nº 287, de 29 de julho de 2008, do CONTRAN**, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º.....

§ 2º O processo de captura e armazenamento das impressões digitais deverá ser feito pelos Órgãos ou Entidades Executivos de Trânsito dos Estados e do Distrito Federal ou, na impossibilidade, por empresas por estes contratadas, devidamente inscritas e homologadas perante o DENATRAN, para emissão do documento de habilitação, sob a condição contratual da guarda e sigilo das informações.

Art. 2º Acrescentar os parágrafos 3º e 4º ao art. 3º da Resolução nº 287, de 29 de julho de 2008, do CONTRAN, com a seguinte redação:

§ 3º A coleta das imagens das digitais, da fotografia e da assinatura do candidato ou condutor é obrigatória e deverá ser realizada no momento da abertura do formulário RENACH.

### Empresa Valid (fls. 8/9 da peça 115)

#### **Resolução CONTRAN nº 287/2008**

Art. 3º Cabe aos órgãos executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal a responsabilidade pela implantação, operação da coleta e armazenamento das imagens das digitais nos processos de habilitação.

§1º A forma de arquivamento e utilização de uma ou mais imagens das digitais coletadas para identificação de candidatos e condutores em seus processos internos fica a critério de cada órgão executivo de trânsito dos Estados e do Distrito Federal.

§2º O processo de captura e armazenamento das impressões digitais deverá ser feito pelos Órgãos ou Entidades Executivos de Trânsito dos Estados e do Distrito Federal ou, na impossibilidade, por empresas por estes contratadas, devidamente inscritas e homologadas perante o DENATRAN, para emissão do documento de habilitação, sob a condição contratual da guarda e sigilo das informações.

**(Redação dada pela Resolução CONTRAN nº 361/2010, grifos no original)**

#### **Portaria nº 15/2006 do DENATRAN**

Art. 2º O banco de imagens do sistema RENACH, composto de dados e imagens do processo de habilitação e do sistema RENACH é de propriedade do DENATRAN, que poderá autorizar o uso das informações, de acordo com procedimentos estabelecidos nesta portaria. (grifo no original)





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
PRIMEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

### Informação nº 13/2018 (fls. 9/11 da peça 115)

17. **Convém apenas destacar que as Resoluções CONTRAN nos 287/2008 e 361/2010, mencionadas pela jurisdicionada e pela empresa Valid, foram revogadas pela Resolução nº 684, de 25 de julho de 2017, nos termos abaixo reproduzidos: (grifo nosso)**

#### **Resolução CONTRAN nº 684/2017**

[...]

Art. 3º Alterar o art. 10 da Resolução CONTRAN nº 598 de 24 de maio de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 10. A Carteira Nacional de Habilitação será expedida pelos órgãos ou entidades executivos de Trânsito dos Estados e do Distrito Federal.*

*§1º A Carteira Nacional de Habilitação, em meio físico, poderá ser produzida por empresas contratadas pelos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, previamente credenciadas pelo DENATRAN, na forma estabelecida em portaria específica.*

*§2º As imagens da fotografia, **decadactilar** e assinatura para registro do condutor e produção da Carteira Nacional de Habilitação, em meio físico e digital, **poderão ser coletadas por entidades contratadas** pelos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, **previamente credenciadas pelo DENATRAN, e inseridas no RENACH**, na forma estabelecida em portaria específica.*

*§3º As imagens utilizadas para a produção da CNH, em meio físico e digital, serão aquelas constantes na Base Central do RENACH, inseridas pelas entidades de que trata o §2º.*

*§ 4º As imagens da fotografia, assinatura e das impressões digitais dos dedos polegar e indicador da mão direita, deverão ser coletadas a cada adição de categoria ou renovação da CNH e atualizadas no Banco de Imagens do DENATRAN.*

*§ 5º Na impossibilidade da coleta das impressões digitais do polegar ou do indicador da mão direita, deverá ser enviada a imagem do respectivo dedo da mão esquerda para compor o Banco de Imagens do RENACH.*

*§ 6º No caso da impossibilidade da coleta das impressões digitais, esta deverá ser justificada para cada um dos dedos."*

[...]

Art. 5º Alterar o primeiro parágrafo do Anexo IV da Resolução CONTRAN nº 598, de 24 de maio de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Com relação às imagens da fotografia e assinatura, necessárias à emissão da CNH, o processo de captura e armazenamento deverá ser feito diretamente pelos Órgãos e Entidades Executivos de Trânsito dos Estados e do Distrito Federal ou, sendo necessária a terceirização desses serviços, os mesmos somente deverão ser realizados pelas empresas credenciadas junto ao DENATRAN, conforme ato normativo específico a ser publicado pelo DENATRAN, e observadas as normas e especificações estabelecidas em normatização para o banco de imagens do RENACH."*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
PRIMEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Art. 6º Ficam revogadas as Resoluções CONTRAN nº 287/2008 e nº 361/2010 quando for publicado ato do DENATRAN que estabeleça os procedimentos de coleta e armazenamento das imagens nos processos de habilitação, mudança ou adição de categoria e renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e constitua o Banco de Imagens do Registro Nacional de Condutores Habilitados (RENACH).

(grifos acrescidos)

18. O ato do DENATRAN mencionado no art. 6º supratranscrito é a Portaria nº 183, de 18 de agosto de 2017, que estabelece o seguinte:

### **Portaria DENATRAN nº 183/2017**

Art. 1º Esta norma estabelece o procedimento de coleta e armazenamento da biometria (imagens da fotografia, assinatura e impressões digitais) para identificação de candidatos e condutores em processo de habilitação, mudança ou adição de categoria e renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e constituição do Banco de Imagens do Registro Nacional de Condutores Habilitados (RENACH).

Art. 2º Cabe aos órgãos executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal a responsabilidade pela implantação, operação da coleta e armazenamento da biometria (imagens da fotografia, assinatura e impressões digitais) nos processos de habilitação.

[...]

§ 3º **O processo de captura e armazenamento das imagens deverá ser feito pelos Órgãos ou Entidades Executivos de Trânsito dos Estados e do Distrito Federal ou, na impossibilidade, por empresas por estes contratadas, devidamente credenciadas pelo DENATRAN, sob a condição contratual da guarda e sigilo das informações.**

§ 4º A coleta da biometria (imagens da fotografia, assinatura e impressões digitais) do candidato ou condutor é obrigatória e deverá ser realizada no momento da abertura do formulário RENACH, salvo as impressões digitais se já constantes no banco de dados conforme o padrão técnico estabelecido neste normativo.

§ 5º Em todos os cursos e exames do processo de habilitação, mudança ou adição de categoria e renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), será obrigatória a validação da presença dos candidatos e condutores por meio das impressões digitais, que será comparada com as imagens coletadas quando da abertura do formulário RENACH.

§ 6º Os arquivos gerados pela coleta de biometria deverão atender às especificações previstas no Anexo desta portaria.

[...]

Art. 4º Após o encaminhamento dos dados relacionados no artigo 3º, a entidade credenciada deverá solicitar, via RENACH, a geração do QR CODE, que ficará disponível para inclusão na CNH impressa ou eletrônica.

Art. 5º **A entidade contratada para o fornecimento de hardware e software para os procedimentos previstos nesta Portaria deverá estar devidamente credenciada pelo DENATRAN.**

Art. 6º O credenciamento junto ao DENATRAN será requerido pela empresa interessada, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

[...] (grifos acrescidos)



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
PRIMEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

29. Diante dos normativos elencados, nota-se que há, de fato, previsão legal amparando a contratação feita pelo Detran/DF, razão pela qual reiteramos a opinião anteriormente emanada pela Informação nº 13/2018, *verbis*:

16. Quanto ao suposto conflito de atribuições, tem-se que normativos exarados pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN e pelo Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN amparam a realização do serviço diretamente por parte do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, ou, na impossibilidade, por empresas terceirizadas, desde que devidamente credenciadas.

30. Ademais, digna de registro a informação trazida pelo Detran/DF no que se refere ao objetivo diferenciado das atividades exercidas pela Autarquia e pela PCDF, haja vista diversos órgãos utilizarem expediente similar ao da Autarquia, *verbis* (fl. 3 da peça 112):

Vale ressaltar, ainda, que a identificação biométrica, coleta de fotos e digitalização de documentos pessoais é um processo comum, que substitui o serviço manual de identificação pessoal e conferência com o documento apresentado.

Este procedimento, além de ser realizado até por particulares, vem sendo utilizado por diversos órgãos públicos, a exemplo do **Tribunal Superior Eleitoral**, vários Detrans, em todas as unidades da federação, pela Secretaria de Mobilidade, dentre outros. **Porém, tal procedimento não se confunde com a identificação civil, realizada pelo Departamento de Polícia Civil, o que não substitui o trabalho daquela instituição.** (grifo nosso)

31. Nota-se, igualmente, pela documentação trazida aos autos pelo Detran/DF, que o mesmo vem sendo cobrado pelo Ministério Público Federal e pelo Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, no âmbito de suas atribuições, no tocante ao cumprimento da legislação federal, que exige a realização do processo de implantação da identificação de candidatos e condutores (fls. 2 e 7/14 da peça 112).

32. Enfim, ante o exame dos fatos, consideramos improcedentes, também, as alegações do *Parquet* quanto à suposta ausência de atribuição legal do Detran/DF, no que se refere ao exercício das atividades de desenvolvimento de inspeção, gerenciamento e confronto de impressões digitais, as quais seriam de atribuição exclusiva do Instituto de Identificação da PCDF.

33. Deste modo, à vista de todo o exposto, proporemos ao Tribunal que considere improcedente, no mérito, a Representação nº 14/2017-DA, autorizando o arquivamento dos presentes autos, sem prejuízo de futuras averiguações caso se façam necessárias, com relação à execução do Contrato nº 19/2017, decorrente do Pregão Eletrônico nº 22/2016 - Detran/DF.

### SUGESTÕES

34. Ante o exposto, sugerimos ao Egrégio Plenário que:

I) tome conhecimento do Ofício nº 60/2018-Ass/DGPC e da cópia do Processo nº 052.000.585/2016 (fls. 1 e 2/127 da peça 134,



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
PRIMEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

respectivamente), bem como do Ofício nº 612/2018-II (peça 136), encaminhados pela PCDF em razão da diligência constante nos itens III.a e III.b da Decisão nº 1323/2018;

II) revogue a cautelar deferida pelo item II da Decisão nº 1323/2018;

III) considere improcedente, no mérito, a Representação nº 14/2017-DA, acerca de possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico nº 22/2016-Detran/DF (peça 101); (§ 33)

IV) recomende ao Detran/DF e à PCDF que, observando a legislação pertinente e de acordo com a oportunidade e conveniência de cada uma delas, adotem as medidas necessárias à revisão do Termo de Cooperação Técnica objeto do Processo nº 052.000.585/2016, no sentido de buscar o compartilhamento de informações de seus bancos de dados, visando otimizar a utilização dos recursos públicos distritais; (§ 25)

V) autorize:

- a) o encaminhamento de cópia da presente instrução às jurisdicionadas; e
- b) o retorno dos autos à SEACOMP para fins de arquivamento.

À superior consideração.

De acordo,

À elevada consideração do Senhor Secretário.

Em, 18 de abril de 2018.

*Assinatura Eletrônica*

**Antonio Alexandre do Nascimento Filho**  
Diretor – 1ª Divisão de Acompanhamento